

OUTRAS MULHERES: MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS AO FINAL DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI¹

Maria Aparecida dos Santos Crisostomo*

* Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade de Sorocaba. Sorocaba, SP – Brasil. E-mail: maria.crisostomo@prof.uniso.br

OUTROS ESPAÇOS PARA MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Sobre as organizadoras e os autores

Denise Pini Rosalen da Fonseca é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980), possui mestrado em Latin American Studies - University of Houston (1991) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde trabalha com formas de resistência social com ênfase na esfera local de comunidades urbanas pobres. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Latino-Americana, atuando, principalmente, nos seguintes temas: lideranças femininas, pertencimentos religiosos, mulheres negras, literatura feminina e cultura latino-americana.

Tereza Marques de Oliveira Lima é professora Adjunta de Literatura Norte-Americana da Universidade Federal Fluminense e Crítica Literária. Possui doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo e Coordenadora do Setor de Literatura Norte-Americana e Coordenadora da Pós-Graduação lato sensu em Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Federal Fluminense.

Adriana Severo Rodrigues é assistente social; especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Escola Superior do Ministério Público e Especialista em Intervenção Sociofamiliar (ULBRA); mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi bolsista internacional da Fundação Ford (2008-2010); integrante da Liga dos Direitos Humanos da UFRGS e do Instituto de Assessoria a

¹ FONSECA, Denise Pini Rosalen; LIMA, Tereza M. Oliveira de. (Orgs.) Rio de Janeiro: EdPUCRio, 2012. 232 p. e-book.

Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ). Tem experiência com pesquisa na área de gênero, raça e sistema prisional. Atualmente trabalha na Fundação de Proteção Especial do Estado do Rio Grande do Sul, com crianças e adolescentes em situação de acolhimento. É professora convidada no Curso de Especialização de Ética e Educação em Direitos Humanos da Faculdade de Educação da UFRGS, ministrando a disciplina de Direitos Humanos, Raça e Etnia.

Antonia Lana de Alencastre Ceva é pedagoga com habilitação em Supervisão/Administração Escolar (2003); mestra em Educação Brasileira pela PUC-Rio (2006) e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social na PUC-Rio. É pesquisadora da ONG Rede de Desenvolvimento Humano, Rio de Janeiro, RJ. Autora do Curso de Capacitação “Diálogo Brasil & África: história, culturas e identidades” para os professores da Educação Básica da Escola CEPE, Miguel Pereira, RJ (2011). Ministrou dois módulos na Pós-Graduação *lato sensu* em História e Cultura da África, Afro-Brasileira e Indígena da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ (2011).

Caroline Fernanda Santos da Silva é graduada em Serviço Social e mestra em Serviço Social pela PUC-Rio. Sua atuação tem ênfase em relações raciais e de gênero, especialmente em questões que envolvem as mulheres negras brasileiras. Seus principais estudos compreendem os seguintes temas: territorialidade, identidade racial, território, cidadania e religiões de matriz africana. Participa de congressos científicos envolvendo tais questões e é militante de movimentos sociais. Atualmente é professora adjunta na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Campus Canoas.

Jussara Francisca de Assis é mestra em Serviço Social pela PUC-Rio (2010), onde também se graduou no ano de 2008, e Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2010). Tem dedicado seus estudos às seguintes áreas: situação das mulheres negras brasileiras, tanto no mercado de trabalho quanto no âmbito da saúde sexual e reprodutiva; políticas públicas; saúde; estratégia e saúde da família; Serviço Social e relações étnico-raciais; Ética e Serviço Social. Participa ativamente de encontros, seminários, congressos nacionais e internacionais e demais fóruns de discussão.

Sandra Regina de Souza Marcelino é assistente social e mestra em Serviço Social pela PUC-Rio. Atuou durante 10 anos na área de Educação em Direitos Humanos e movimentos

sociais. Tem pesquisado e trabalhado com questões ligadas aos direitos humanos, preconceito, discriminação, diversidade e orientação sexual. Participa de congressos e fóruns de discussão e publicou vários trabalhos. Atualmente, trabalha na área da Educação Pública desenvolvendo atividades de competências e habilidades socioemocionais com crianças.

Vanessa Santos do Canto é advogada; mestra em Serviço Social pela PUC-Rio; doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Direito da PUC-Rio; membro do corpo editorial das revistas *Lugar comum* (UFRJ) e *Global Brasil* (Rio de Janeiro); membro da Rede Universidade Nômade. Áreas de interesse: Direito Constitucional; poder constituinte; direito de resistência; teorias feministas do Direito; políticas públicas; ações afirmativas, desigualdades étnico-raciais e de gênero.

Este livro organizado por Denise Pini Rosalen e Maria Tereza de Oliveira Lima centraliza sua análise em vozes de mulheres negras intelectuais brasileiras, produtoras de conhecimento e promotoras de revoluções ontológicas e epistemológicas, como novos sujeitos políticos brasileiros. São vozes que ecoam de outros lugares até então não frequentados por essas outras mulheres negras brasileiras.

RESUMO E COMENTÁRIO DA OBRA

O prefácio da obra, elaborado por Jurema Werneck (2012), de início questiona: Quem são elas? E propondo outras discussões ontológicas e epistemológicas argumenta que, no princípio, a mulher negra era o sujeito não sujeito, sujeitado e silenciado. Para Werneck, na contemporaneidade a mulher negra em construção se faz presente a partir dos debates sobre os temas raça, sexo, gênero e das discussões sobre as relações constitutivas das diferenças, hierarquias e principalmente de resistências. Essas mulheres negras que apesar de participarem ativamente da construção social de nosso país, a elas, a nós, têm sido reservadas as piores condições educacionais, econômicas e políticas. A partir dessa condição, a mulher negra passa a vivenciar papéis inferiorizados socialmente, refletidos por desigualdades e matéria prima dos estereótipos e discriminações no contemporâneo.

Essa representação, insuficiente, desfavorável, cruel, se constrói e se reitera a partir dos interesses e necessidades dos envolvidos nas disputas de poder entre diferentes segmentos sociais, participando dos diferentes mecanismos institucionais que constroem economias, políticas, direitos. Nessas disputas, desnecessário dizer, têm primazia a população branca e o gênero masculino. (WERNECK, 2012, p. 7).

Na contramão dessas representações de “invisibilidade, violência, recusa e abandono”, decorrentes do racismo patriarcal em relação à mulher negra, Werneck (2012, p. 9) argumenta que nós, mulheres negras, temos cavado outras trajetórias possíveis provocando rupturas dos silêncios a que a que fomos expostas e quiça alcançarmos mais ouvidos, outros olhares e novos lugares.

Com o objetivo de tornar públicas as visões e práticas racistas desenvolvidas na sociedade brasileira, essas mulheres negras, ou negras descendentes, tornaram-se negras no sentido político da palavra e se fazem ouvir. São falas originadas de lugares pouco frequentados por esses sujeitos políticos: “mulheres negras intelectuais brasileiras que produzem conhecimento e buscam promover revoluções ontológicas e epistemológicas” (LIMA, 2012, p. 11).

Denise Pini Rosalem da Fonseca e Tereza Marques de Oliveira Lima (2012), organizadoras de “Outras Mulheres: Mulheres Negras Brasileiras ao final da primeira década do século XXI” em parceria com diversas mulheres que ao se tornarem negras, como novos sujeitos políticos em ação e construção, pleiteiam a cidadania negada e seus direitos violados desde a colonização brasileira. Apoiada em Gramsci, enfatiza-se a especificidade do saber popular, aponta-se para a relevância da socialização do conhecimento e “recria-se a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos ‘subalternos’” (FONSECA, 2012, p. 17). Essas outras mulheres negras buscam maneiras alternativas de viver e partem em luta para o debate de temas emergentes e urgentes sobre a validação política da raça, do sexo, do gênero, da construção de diferenças, de hierarquias, de resistências nas relações humanas.

Sujeito político e objeto de estudo: as mulheres negras que falam aqui. Fonseca (2012) realiza uma análise do perfil sociopolítico das seis mulheres negras autoras do trabalho em questão e seleciona quatro temas para a discussão: a construção das pertencas (racial e de gênero), enfatizando a infância e a adolescência, as diferentes percepções e estratégias de militância, Educação Superior no processo de construção da consciência e as agendas políticas

contemporâneas das autoras. Como mulheres negras, são sujeitos novos e plurais em vivências compartilhadas na pobreza, no sexismo, e no racismo e singulares em suas agendas e práticas políticas.

Ao se apropriar das ideias de Beauvoir (1949) e Souza (1990), Fonseca (2012) argumenta que essas mulheres negras, como brasileiras, “ficaram, foram ou continuam sendo pobres. São negras, ou...“denegriram-se” (p. 19). Num movimento constante de construção e transformação de si, eis que surge esse novo sujeito político e social: a mulher negra brasileira.

A respeito dos lugares ou “não-lugar” de onde se expressam essas mulheres negras, Fonseca (2012) postula que são originárias de diversas regiões do país: do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, o que nos oferecem distintas percepções geopolíticas de suas pertencas sociorraciais. Por serem pertencentes de diferentes estratos sociais, podem experimentar as vivências de pobreza e de pertencimentos raciais na interface entre dimensões políticas e sociais. As formações acadêmicas diversas em Arquitetura, Literatura, Serviço Social, Direito e Pedagogia propiciam a essas outras mulheres negras brasileiras a construção e o debate de conceitos e metodologias polissêmicas. No dizer de Fonseca (2012, p. 20):

[...] Por serem habitantes de “lugar nenhum” suas presenças provocam desconforto em cenários cristalizados e fortemente estruturados por democracias falaciosas [...] Esse é, certamente, um lugar no qual se constroem utopias. Porém, outras definições as separam, desessencializando o sujeito político contornado.

São mulheres com tons de pele plurais, que têm estratégias de pertencimento racial desiguais. A adesão a religiões e crenças distintas lhes confere a multiplicidade de sentimentos sobre a fé e de pertencas sociorraciais pessoais. As diversas orientações sexuais denotam sujeitos políticos com subjetividades mais complexas e, sobretudo, desnudam relações de poder latentes e perversas dos estigmas sociais. Essas mulheres negras, com suas similaridades e diferenças, vão tecendo artefatos para o desabrochar de agentes políticos e sociais potentes em suas palavras e ações.

Em “Mulheres Negras e Relações de Poder”, Vanessa Canto (2012) discute as bases ontológicas e epistemológicas no desenvolvimento dos estudos feministas, de gênero e de mulheres. Adota a noção de poder de Michel Foucault para analisar as relações entre poder e

saber com a perspectiva de compreensão das discussões entre o movimento feminista e movimento de mulheres e os embates na interface desses grupos. Enfatiza um “devir mulher negra como uma proposta biopolítica, de resistência e materialista”. (CANTO, 2012, p. 54). A mulher negra em sua construção biopolítica utiliza seu corpo como arma de subversão ao biopoder, que teima em mantê-la em um corpo abjeto à margem da legitimidade política. Um tornar-se mulher negra que possibilite rejeitar e criticar identidades essencialistas definidas a priori e a constitua como prática de re-significação onde dimensões ontológicas e epistemológicas se entrelaçam como alicerce para a ação política dos movimentos sociais e também para agenda acadêmica brasileira.

Antonia Ceva (2012), em “Intelectuais não Canônicas: mulheres negras intelectuais militantes antirracismo”, lança mão de narrativas literárias de quatro mulheres negras escritoras. Com o objetivo de comparar e fazer dialogar narrativas literárias do Brasil, país com o maior número de população negra das Américas e Angola com sua púbere democracia africana, Ceva (2012) aponta três aspectos de importância para o estudo: o primeiro se deve à busca pessoal da autora por outros paradigmas possíveis para pensar a negritude no Brasil e novas epistemologias para os estudos sobre o feminismo negro brasileiro; o segundo aspecto baseia-se no fato de que os dois países compartilham a vivência de processos históricos de redemocratização em princípios dos anos de 1970 e 1980, no que se refere à limitação do reconhecimento social da participação e contribuição das mulheres, principalmente, das mulheres negras; e como terceiro fator aponta a contiguidade linguística, histórica e cultural do Brasil e Angola.

Em seu fazer de pesquisa, Ceva (2012) nos apresenta Conceição Evaristo, romancista, Vanda Machado, educadora e historiadora, ambas brasileiras, Maria Celestina Fernandes e Maria João Chipalavela, duas angolanas, escritoras de contos infantojuvenis. Essas mulheres negras, em seus escritos, desvelam situações de opressão vivenciadas por mulheres negras brasileiras e angolanas e revelam construções seculares de apagamento e invisibilidade da cultura africana e afrodescendente. Mas principalmente ao recontar as histórias de labutas dessas mulheres negras em seus países, oferecem-nos novas formas de pertencimento, novas identidades urdidas por materialidades culturais e religiosas marginalizadas, até então, por cânones e hegemonias literárias do Brasil e Angola.

Obirin Dudu, pertença religiosa e identidade da mulher negra. Silva (2012) enfatiza a importância do Batuque² na constituição da identidade racial de mulheres negras da cidade de Porto Alegre e a relevância das políticas públicas no processo de resgate de cidadania desse novo sujeito político de direito. Aponta como marco referencial a promulgação da Constituição Federal de 1988, como momento inaugural aos novos posicionamentos de novos sujeitos sociais. A inovação do texto constitucional visa defender e garantir os direitos da população negra, das mulheres em geral e especificamente das mulheres negras, estes grupos socialmente marginalizados na sociedade brasileira. Referindo-se à comunidade-terreiro como instituições capazes da promoção e manutenção do bem-estar de seus adeptos e frequentadores, argumenta sobre a influência cotidiana das religiões de matriz africana na consolidação das cidadanias e construtoras de estratégias de resistência ao racismo, à intolerância religiosa e na constituição identitária que reconhece e respeita as diferenças. Para analisar os processos sociais de reconstrução da identidade da população negra na diáspora, recorre a Hall (2003) e Gilroy (2001) como possibilidade de pertencimento e afirmação identitária.

Encarceramento Feminino: em pauta, as vozes das mulheres negras fazem parte da seção Onde elas (Não) estão? Adriana Rodrigues (2012) apresenta sua pesquisa realizada com 10 mulheres negras internas e egressas do sistema carcerário do Rio de Janeiro. Nesse intento, são reveladas histórias de vidas permeadas por lembranças de antes e durante o aprisionamento, desvelando processos de construção de identidades. São histórias contadas por mulheres negras que em suas experiências com o cárcere vão narrando cenas de cotidianos contraditórios, exibem realidades sociais onde o moderno e velho se entrelaçam e dão vida à subordinação doméstica e à dominação masculina. Em suas trajetórias congregam dificuldades financeiras, originadas da baixa renda, dificuldades com o trabalho e de envolvimento com o grupo familiar. Somadas a essas adversidades a mulher negra encarcerada enfrenta inúmeras desigualdades como heranças dos sistemas patriarcal e escravocrata traduzidos em preconceitos e racismos, colados ao imaginário da sociedade brasileira. Sobre a rotina dessas mulheres no sistema prisional, busca em Foucault (1997) a explicitação para o êxito do controle e a disciplina como exercício do poder disciplinar.

² Religião de origem africana desenvolvida em Porto Alegre, RS.

Vencedoras, Estrategistas e Invisibilizadas: mulheres negras nas empresas do setor de energia. Jussara Assis (2012) investigou um programa de promoção da igualdade de oportunidades entre gêneros em empresas e instituições por intermédio da mudança da cultura organizacional e da gestão de pessoas, com o objetivo de verificar se mulheres as negras foram efetivamente contempladas no referido programa. Para tal, realizou uma pesquisa em empresas do Rio de Janeiro e verificou que o Programa Pró-Equidade de Gênero (PPEG), nesse espaço e tempo pesquisados não se apresentou como promotor de mudança nas desigualdades envolvendo as mulheres negras nessas empresas.

Referindo-se a essas mulheres como vencedoras e estrategistas, uma vez que ocupavam posição socioeconômica diferenciada, contudo ainda invisibilizadas, posto que nos espaços empresariais pesquisados, o racismo e o sexismo como construções duradouras, na concepção de Braudel (1992), para Assis (2012) continuam permeando o imaginário coletivo e servindo como impedimento à garantia dos direitos sociais das mulheres negras, principalmente do direito ao trabalho qualificado.

Branças Virtuais: mulheres negras no setor bancário. Vanessa Canto (2012) aponta o setor bancário brasileiro em seus processos de reestruturação como espaço de trabalho, porém apresenta seus efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores a partir dos discursos de mulheres negras funcionárias nesse setor na cidade do Rio de Janeiro. Apropria-se das noções de Foucault (2007) e Deleuze, para discutir a “crise nas instituições” como um sintoma da passagem das sociedades disciplinares, com predominância do trabalho fábri, para as sociedades de controle, com o imperativo da lógica empresarial. Para articular os processos identitários de gênero e raça recorre a autores como Scott (1990), Hall (2003) e Butler (1993) como um caminho para a reflexão sobre as discriminações com base em gênero e raça. Também cita Foucault (2007) para analisar nos discursos das mulheres negras pesquisadas as estratégias de resistência utilizadas por estas, como condição para a mudança no dia a dia de trabalho.

Em Trajetórias de Mulheres Negras Lésbicas: “a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez”, Marcelino (2012) argumenta sobre o discurso feminino na sociedade brasileira, principalmente no município do Rio de Janeiro. Na perspectiva de autores como Saffioti (2004), Oliveira (2007), Santos (2006), Gonzalez (1984), analisa interconexões entre racismo, classe,

gênero e sexualidade, a partir de narrativas de mulheres negras lésbicas, que com suas falas tecem histórias não mais silenciosas, agora em vozes balizadas por seu gênero, sua raça/etnia e sua orientação sexual.

Guimarães (2012), em *Outras Profissionais: mulheres negras e mercado de trabalho*, apresenta-nos dados de sua pesquisa de doutorado realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 2007, em que a partir de trajetórias de vida de mulheres negras beneficiárias de ações afirmativas, buscou averiguar a inserção destas no mercado de trabalho após a graduação. Com ênfase no ingresso, na posição ocupada, na hierarquia ocupacional e na mobilidade de posição dentro da instituição escolhida, analisou principalmente as possibilidades de transformações na vida material, social e cultural dessas mulheres.

Concluiu que as modificações na forma de acesso às universidades brasileiras possibilitaram transformações na realidade de pobreza cultural e econômica das comunidades pobres brasileiras, e defende a viabilização de um processo sociopolítico que direcione à “afrocidadanização”, com foco em perspectivas futuras para a população negra brasileira, como uma realidade a ser construída em benefício de uma efetiva democracia racial em nossa sociedade. (GUIMARÃES, 2007).

Em síntese, com exceção do autor acima, que também toma parte nos escritos de *Outras mulheres*, mulheres negras brasileiras ao final da primeira década de século XXI, essas mulheres são seis mulheres negras, brasileiras, intelectuais, que se tornaram negras e no dizer de Fonseca (2012) tiveram a Educação Superior como um divisor de águas em suas trajetórias, que apesar das adversidades ousaram sair dos becos que antes lhes fora designados, para ocuparem outros “lugares” possíveis. Outros espaços em busca da compreensão daquilo que não é falado, mas, vivido e sentido (CRISOSTOMO, 2008). Ao partirem em luta, reescrevem suas histórias e dão a possibilidade de voz a quem não tem voz e agora, como sujeitos de suas histórias, desvelam a vida de tantas outras mulheres negras brasileiras. Como nas palavras de Rick, citado por Estés, em sua obra *Mulheres que Correm com Lobos* (1999, p. 357):

O mergulho no barco naufragado. Há uma escada. A escada está sempre ali, inocentemente suspensa, junto à lateral da escuna... Vou descendo... Vim explorar os destroços... Vim ver os danos sofridos e os tesouros que restaram...

A obra “Outras mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década de século XXI” nos conduz à quebra do silêncio, à conquista do direito à palavra, à vida, à luta e resistência de mulheres negras comprometidas com a construção de novas identidades, mais diversificadas e com novos modos de existência e representações capazes de humanidades mais plenas e sociedades plurais. Diante de novas concepções identitárias, não importam as diferenças de classe, gênero ou raça, mas a possibilidade de novas representações sobre as mulheres negras, uma vez que é na dialética das relações entre os grupos sociais e o meio natural e construído que se desenvolvem as culturas em determinado tempo e espaço.

Essas possíveis identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades. Elas florescem a despeito do nosso “desconhecimento” de suas origens, ou seja, a despeito de terem suas raízes em mitos e mentiras. O que celebra e endossa as identidades, silencia as mentiras e os mitos. É importante que continuemos dizer nossas verdades. Importante que saibamos do sentimento de marginalidade desse trabalho como questão central da resistência ao racismo, à violência étnica, ao sexismo e as outras estruturas de diferença que moldam o mundo do poder.

REFERÊNCIAS

- CRISOSTOMO, Maria. A. Santos. **Mulher negra: trajetórias e narrativas da docência universitária em Sorocaba/São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2008.
- ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- WERNECK, Jurema. Prefácio. In: FONSECA, Denise Pini Rosalen; LIMA, Teresa M. Oliveira de. (Orgs.). **Outras mulheres: mulheres negras...** Rio de Janeiro: EdPUCRio, 2012.